



## O IMPACTO COLONIAL NO SISTEMA DE ENSINO GUINEENSE: O CASO DA OPRESSÃO LINGUÍSTICA AOS ESTUDANTES

Giovânia Julio Oliveira Bedona <sup>1</sup>  
Sabrina Rodrigues Garcia Balsalobre <sup>2</sup>

### RESUMO

A invasão dos portugueses em território guineense marcou a história da Guiné-Bissau e, até hoje, continua a assombrar todos os setores administrativos do país, principalmente o setor educativo. Trata-se de uma sociedade multilíngue através da existência de quase 30 grupos étnicos, os quais comunicam-se entre si por meio de uma língua nacional, o guineense, que é falada por um número expressivo da população. No entanto, o português, como língua do fruto colonial, se figura no país como língua oficial e única língua do ensino, a qual leva os estudantes guineenses a se depararem com grandes problemas para a qualidade dos seus estudos. A língua portuguesa é, compulsoriamente, valorizada pelos guineenses, principalmente em decorrência do próprio Estado. A partir desse contexto, o presente estudo apresenta as seguintes hipóteses: 1) A expressão oral dos estudantes guineenses contemporâneos ainda sofre com a opressão colonial; 2) O impacto dos estudos acadêmicos da UNILAB modifica a percepção dos estudantes sobre a opressão linguística que vivenciaram durante as práticas orais na educação básica. Desse modo, o objetivo geral do nosso trabalho é compreender o impacto da colonização portuguesa na educação de Guiné-Bissau, particularmente na expressão linguística dos estudantes. Para a pesquisa, utilizou-se o método qualitativo, na base de uma pesquisa bibliográfica e de campo, tendo em conta a realização de uma entrevista semiestruturada com 11 estudantes guineenses da UNILAB (Campus do Malês), que nos permitiu comprovar as nossas hipóteses levantadas. Através da pesquisa, concluiu-se que, até os dias de hoje, as línguas étnicas guineenses, além da língua guineense, continuam sendo proibidas nas escolas, motivo pelo qual os estudantes passam por uma opressão ao falar línguas de casa dentro do espaço escolar. Ainda foi possível perceber que a UNILAB está provocando uma reflexão crítica a essa situação que ocorre nas escolas guineenses, dada a diferenciação das ideias que escutamos a partir dos depoimentos dos nossos entrevistados. Por fim, coloca-se a preocupação de implementação de um ensino bilíngue que estabeleça um diálogo entre o português e o guineense para aproximar os estudantes de uma educação de qualidade e sem opressões.

**Palavras-chave:** opressão linguística; colonialismo português; educação linguística; Guiné-Bissau.

---

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro- Brasileira (UNILAB), Campus dos Malês , Discente, giovania@aluno.unilab.edu.br<sup>1</sup>

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro- Brasileira (UNILAB), Campus dos Malês , Docente, sabrinabalsalobre@aluno.unilab.edu.br<sup>2</sup>



## **INTRODUÇÃO**

Considerando as características linguísticas e sociais da Guiné Bissau, nota-se um distanciamento entre as realidades sociais e culturais guineenses e o ensino formal, fato que provoca diferentes dificuldades na aprendizagem dos alunos. O país é formado por uma sociedade multilíngue, porém, em meio a esse multilinguismo, os guineenses de diferentes pertencimentos étnicos comunicam-se a partir de uma língua que representa a sua identidade cultural, a língua crioula guineense (ou simplesmente “língua guineense”). No entanto, essa língua é afastada do sistema educativo do país e massacrada dentro dos espaços escolares. Consequentemente, os alunos sofrem uma severa opressão para não falar a sua língua do dia a dia na escola. Essas opressões cotidianas vividas pelos alunos nos permitem problematizar as políticas de proibição da língua guineense nos espaços escolares, como forma de impor a língua portuguesa, herança do colonialismo português, usada para apagar a cultura guineense. questionamos: por que os alunos têm que passar pelas proibições das suas línguas para aprender outra língua, digamos estrangeira? Assim sendo, procuramos chamar atenção aos dirigentes do país, sobretudo às pessoas máximas da educação, a pensar na qualidade do ensino guineense e na valorização da cultura desse povo, através do presente tema de trabalho de conclusão do curso: O impacto colonial no sistema de ensino guineense: O caso da opressão linguística aos estudantes. Por isso, o objetivo geral deste trabalho é o de compreender o impacto da colonização portuguesa na educação de Guiné-Bissau, particularmente acerca da opressão da expressão linguística dos estudantes. Por sua vez, os objetivos específicos são: 1) Aprofundar a compreensão sobre os impactos da colonização no sistema linguístico guineense; 2) Compreender como a educação guineense é impactada pela colonização; 3) Entender as causas da opressão linguística a partir da experiência dos estudantes guineenses; 4) Investigar se há diferença entre a percepção da opressão linguística entre estudantes ingressantes e veteranos da UNILAB (Campus dos Malês); 5) Oferecer contribuições ao debate linguístico de Guiné-Bissau. . Com essa intenção, partimos das seguintes hipóteses de pesquisa: 1) A expressão oral dos estudantes guineenses contemporâneos ainda sofre com a opressão colonial; 2) O impacto dos estudos acadêmicos da UNILAB modifica a percepção dos estudantes sobre a opressão linguística que vivenciaram durante as práticas orais na educação básica.

## **METODOLOGIA**

para alcançarmos os objetivos da nossa pesquisa, buscamos fazer um trabalho de revisão bibliográfica. “A pesquisa bibliográfica, trata-se de levantamento de toda bibliografia já publicada, em forma de livros, revistas, publicações avulsas e imprensa escrita” (Marconi e Lakatos, 2015, p.43). Nessa perspectiva, nosso trabalho baseia-se em conferir alguns trabalhos monográficos, dissertações, livros e artigos publicados por diferentes autores. Além disso, o trabalho consiste num estudo de campo, na qual foi possível fazer levantamento dos materiais no próprio local pretendido para o estudo, a partir das fotos.

Ademais, houve a realização de uma entrevista semiestruturada feita presencialmente na UNILAB (Campus dos Malês). De acordo com Gil (2021, p. 128), uma entrevista semiestruturada “é um termo que abrange vários tipos de entrevistas. Tipicamente, refere-se às entrevistas abertas, em que as perguntas são previamente estabelecidas, mas não são oferecidas alternativas de repostas. Os entrevistados podem respondê-las livremente”. Nesse sentido, consideramos o método utilizado de qualitativo, dada a realização de uma entrevista qualitativa. Segundo Marconi e Lakatos (2011, p.273, apud Samprieri, 2003, p.455), “uma entrevista qualitativa define-se como conversa entre uma pessoa (o entrevistador) e a outra (o entrevistado) ou outras como um pequeno grupo ou uma família”.



Foram 7 perguntas, aplicadas de uma forma igual a todos os entrevistados, ou seja, todos os participantes tiveram as mesmas perguntas para responder, sendo assim, as perguntas foram aplicadas a 11 estudantes guineenses da Universidade da Integração Internacional da lusofonia Afro-brasileira (UNILAB), Campus dos Malês. Dentre esses estudantes, fizemos uma divisão em dois grupos: o primeiro composto por 6 estudantes ingressantes na UNILAB no semestre 2023.2 e o segundo grupo formado por 5 estudantes veteranos.

## **RESULTADOS E DISCUSSÃO**

o uso obrigatório da língua portuguesa nas escolas é um assunto muito comum na Guiné-Bissau, porque de acordo com os nossos entrevistados, tanto os alunos que estudavam nas escolas públicas assim como os que estudavam nas escolas privadas tiveram respostas semelhantes com relação ao uso dessas fotografias. Seguem as respostas:

A.2: “Na época que eu estava no ensino médio, também existiam fotos semelhantes a essas. Eu estava num liceu público muito conhecido em Bissau onde essas regras existiam”. (grifos nossos).

B.2: “Eu estudava mais tempo na escola privada e essas fotos existiam nas escolas que eu estudava e tanto no momento que eu trabalhava como professor. Na qual verifica comunicados colados nas paredes das escolas assim como nas portas das salas de aula, proibindo o uso do guineense ou qualquer língua étnica na turma e no recinto escolar”. (grifos nossos)

Percebemos que há uma autoridade por parte da direção das escolas ao usar este método como forma de fazer com que os alunos superem suas dificuldades no uso da língua portuguesa. Porém, isso não vai ajudar, porque nem sempre eles vão estar na escola para cumprir com essas regras. No entanto, esses contatos acontecem em um período muito curto para fazer com que esse objetivo seja concretizado, por isso entendemos essa metodologia como uma forma de fazer com que os alunos desvalorizem as suas línguas, para colocar a outra como um instrumento de conhecimento.

Para a maioria dos estudantes recém-chegados, a obrigação de língua portuguesa nas escolas é normalizada como uma boa forma de ajudar os estudantes a ter o domínio da língua portuguesa, já que a escola é um espaço onde a maior parte dos estudantes guineenses aprende o português. Ademais, a anuência ao conteúdo desses cartazes é justificada pelo fato de ser a língua oficial, de todos os materiais didáticos e documentos importantes do país estarem na mesma língua e de ser a língua de concursos públicos. Portanto, para a pessoa ter acesso a esses documentos e a oportunidades profissionais é necessário saber falar português. No entanto, consideramos que essa imposição da língua portuguesa nas escolas guineenses é efeito de um neocolonialismo.

A.1: “Na minha opinião, acho que nós sofremos com essa proibição, porém, devemos começar a ver o seu lado positivo, porque passamos muito tempo nas nossas casas e tabancas a falar somente o crioulo e na escola temos pouco tempo de falar português. Acho que essa é uma boa oportunidade de desenvolvermos o nosso português que é uma língua muito importante para nós guineenses por isso vejo essas regras de uma boa forma porque para dominar uma língua é necessário a prática dela”. (grifos nossos)

B.1: “Na minha opinião sobre proibição de língua crioula nas escolas, acho que é normal obrigar as pessoas a falar o português, porque para aprender uma língua é necessário falar e essa forma para mim é a única que a direção da escola pode fazer para os alunos falarem o português”. (grifos nossos)

Todos os nossos entrevistados falaram que, nas escolas, são proibidos de falar guineense, porque existe uma lei implementada pelas direções, segundo a qual uma pessoa pegada a falar guineense na turma tinha que levar uma suspensão das aulas ou pagar em dinheiro, num valor “simbólico” de 100 FCFA, 150 FCFA, 200 FCFA variando conforme o acordo da turma. É de referir que esse valor custa muito para os estudantes,



porque para muitos o valor conta como dinheiro de pagar carro para regressar a casa ou para comprar o pequeno almoço, no entanto ao tirar esse dinheiro do aluno ele acaba ficando sem saída, com fome ou andar a pé para casa. Seguem os depoimentos dos alunos que destacaram as questões financeiras como consequências do uso da língua guineenses em recinto escolar:

A.1: “Quando uma pessoa foi pega a falar crioula, a responsabilidade sempre fica com o responsável da turma. No meu caso, eu era responsável da turma na Universidade onde eu estudava e o que acontecia é que no início das aulas procurávamos acordar um preço dentro da turma para servir como multa das pessoas que falam crioulo na sala de aula. A partir daí, toda vez que a pessoa falava crioulo na turma tinha que pagar esse dinheiro no valor de 200 fca e esse dinheiro é dado e guardado pelo responsável financeiro da turma que depois entrega a conta no final do ano letivo para a turma. Depois usávamos este dinheiro para fazer o encerramento do ano (convívio)”. (grifos nossos)

Os entrevistados ainda mostram que o português é a língua aprendida nas escolas e não é muito falada na Guiné-Bissau, por isso, não conseguem ter o domínio dessa língua. Ainda nas respostas dos entrevistados, percebemos que o português é tomado como uma língua de prestígio social, porque alguns entrevistados mostraram que ao falar o português sentem que estão a representar o espaço acadêmico (cf. resposta de F.1). Entretanto, isso mostra que o ensino que temos hoje no país promove mais a valorização do português do que da língua guineense. Isso leva muitas pessoas a se sentirem superiores quando estão a falar português em qualquer espaço social. Sendo assim, o próprio estado guineense está sendo contraditório com a lei mãe do país, que indica no seu artigo 17º que “é imperativo fundamental do Estado criar e promover as condições favoráveis à preservação da identidade cultural, como suporte da consciência e dignidade nacionais e fator estimulante do desenvolvimento harmonioso da sociedade” (CRGB,1996, p.5).

## **CONCLUSÕES**

A partir do presente estudo, observou-se que ainda existe uma presença muito forte do colonialismo dentro do sistema de ensino guineense, o que nos levou a questionar o porquê da falta das políticas linguísticas locais até os dias de hoje e o porquê de os alunos terem que passar por um caminho de opressão para aprender uma língua estrangeira de um povo opressor. Vale lembrar que o objetivo da luta contra os colonizadores era justamente a de resgatar a cultura guineense das mãos dos opressores portugueses, como dizia o líder pela independência de Guiné-Bissau, na pessoa de Amílcar Lopes Cabral. Porém, nossa pesquisa demonstra que esse objetivo não está sendo cumprido, ou seja, a cultura dos guineenses está sendo massacrada a cada dia nos espaços educativos.

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço à Unilab pela ajuda do auxílio de permanência estudantil que contribuí para finalização do meu trabalho de conclusão de curso.

## **REFERÊNCIAS**

Gil, Antonio Carlos, Metodos e técnicas de pesquisa social / Antonio Carlos Gil.- 7[3.Reimpr.].- São Paulo: Atlas, 2021. ISBN 970-2057-1. 1. Pesquisa social. 2. Pesquisa- Metodologia. 3. Ciências sociais- Metodologia. I. Título. 19-55022.



LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. Metodologia científica. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2011.  
\_\_\_\_\_. Metodologia do trabalho científico: procedimentos básicos, pesquisa bibliográfica, projeto e relatório, publicações e trabalhos científicos. 7.ed. São Paulo: Atlas, 2015.